

RUI PATRÍCIO, ADVOGADO E SÓCIO DA MLGTS

“Justiça talvez precise de reforma, não de revisões atrás de revisões”

Em Portugal legisla-se em demasia porque, diz Rui Patrício, “toda a gente acha que sabe legislar”

JOÃO MALTEZ jmaltez@negocios.pt

Casos como o Operação Furacão ou o Face Oculta deram-lhe protagonismo mediático. Advogado e sócio da Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva (MLGTS), Rui Patrício mostra agora outra faceta: a de escritor. “Mapa-Múndi da Justiça em Bilhete Postal” é o título da obra agora lançada. É um livro de crónicas de viagens, onde a justiça e as suas múltiplas “doenças” ganham protagonismo.

É uma crítica recorrente, e neste seu livro também chama a atenção para as reformas frequentes no sector. A Justiça não precisa de reformas?

Talvez precise de reforma, mas não precisa de certeza é de revisões atrás de revisões. E precisa de silêncio em vez de gritaria, ponderação em vez de rapidez, visão de conjunto em vez de parvoalimento, uma agenda própria e concertada em vez da agenda mediática ou, pior, de agendas particulares.

Diz que a Justiça é “hipocondríaca” e que assume todas as “doenças”, sejam verdadeiras ou falsas. Quais são os verdadeiros problemas da Justiça?

A resistência à mudança, a crispção e a falta de diálogo verdadeiro, o entrincheiramento dos grupos, a desconfiança, o défice de auto-exigência, a ausência de uma visão de gestão, a superficialidade, os opinadores e os decisores de “ouvir dizer” e de “parece bem”, a falta de uma cultura de distinção entre o essencial e o acessório, e de privilegiar o essencial. E, sobretudo, duas características que atravessam a sociedade portuguesa – ou seja, todos nós: nacional-porreirismo e hiperconsciência de direitos e hipoconsciência de deveres.

E os falsos problemas?

Tantos. O excesso de garantias. A falta de meios humanos. A existência de culpados e de inocentes. A brandura das leis. A falta de instrumentos legais. Por exemplo. Mas o principal falso problema é a ideia de que está tudo muito mal, e de que é preciso uma revolução por cima, global e no papel; o que é preciso é uma

revolução por baixo, individual e na vida de todos os dias – e mais nas atitudes do que nas palavras.

Na área da Justiça diz que se legisla em demasia e nem sempre bem. Por que é que isso sucede?

Porque legislar é fácil, é barato, é rápido, sossega as consciências, dá a ilusão de se ter enfrentado os problemas, cala por momentos a opinião pública e a opinião publicada. Legislar é chique. Legislar sabe bem. Legislar maquilha. Legislar ilude. À esquerda, à direita, ao centro, eu, o entrevistador, o leitor, toda a gente gostaria de legislar e toda a gente acha que sabe legislar.

Neste livro recorre, com frequência, à ironia. Considera a nossa Justiça “sisuda” ou são os actores do sistema de Justiça que se levam demasiado a sério?

Um pouco das duas coisas. E, mais do que sisudez, vivemos tempos em que está na moda fazer drama e ser dramático, e há público para isso e vários aprendizes de Sarah Bernhardt. E isso não leva a lado nenhum, a não ser às lágrimas. Uma vez de desgosto, outras de riso.

Por que razão tendem os actores do sistema, como os juizes e os advogados, a desentender-se?

Talvez essa seja a pergunta do milhão de dólares. Estou convencido de que por quatro razões principais. No caso de alguns, é uma questão de feitiço. No caso de outros, é uma questão de método. Para vários, é uma estratégia de defesa. E em quase todos os casos é um problema de excesso de holofotes e de palco: é muito difícil estar – ou querer estar – no palco e debaixo do calor da luz e resistir a morder o cão. E como morder o cão é que é notícia... E como é preciso notícias, muitas notícias, e um pouco de espectáculo...

Por que razão se assiste com tanta frequência à quebra do Segredo de Justiça?

Porque funciona a velha lei da economia: há oferta e há procura e as duas encontram-se com muita frequência. E o mercado é livre, sem re-



gra efectiva e sem sanção. As razões da procura são claras e sempre as mesmas: espectáculo, catarse, divertimento, inveja, sublimação, pequenez, desgosto. As da oferta são menos claras e mais variadas: ingenuidade, cupidez, agendas, mas também as mesmas da procura – espectáculo, catarse, divertimento, inveja, sublimação, pequenez, desgosto.

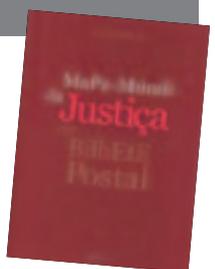
Deveria haver mudanças na lei ou uma aplicação mais eficiente da lei que já existe?

A lei estava bem como estava, no essencial, antes da revisão de 2007, mas era e é preciso ter vontade de a aplicar e aplicá-la.

O LIVRO

“Não é um livro de crónicas – diz o autor –, é uma crónica com vários episódios.” No total, são 49 “bilhetes postais”, escritos a partir de um lugar de Portugal ou do mundo. “Tenta ser uma prova de vida, não uma prova de vida minha, mas da justiça”, clarifica Rui Patrício. Porquê? Porque tal como aconteceu com Mark Twain,

o advogado considera que “as notícias sobre a morte da justiça têm sido manifestamente exageradas.” Essa é uma ideia que rejeita de forma liminar: “Não gosto nada da ideia da morte daquilo de que tanto gosto.” No caso da Justiça, que aqui retrata com mordacidade, não se coíbe de a caracterizar como “hipocondríaca”.



“Mapa-Múndi da Justiça em Bilhete Postal”, Rui Patrício, Bnomics, 2011, 96 páginas